



Diálogos

ISSN 2177-2940



O bispo, um intelectual tardo-antigo: o exemplo de Isidoro de Sevilha (séculos VI - VII)

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v28i1.68408>

Renan Frighetto

 <https://orcid.org/0000-0001-7977-2342>

Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba-PR, BR

E-mail: renanfrighetto@gmail.com

The bishop, a late-antique intellectual: the example of Isidore of Seville (6th - 7th centuries)

Abstract: The study of history can offer us historiographical dilemmas that we must confront. One of them concerns the use of the concept, or category, of intellectual for pre-modern periods, that is, for the historical moments that we define as Antiquity and the Middle Ages. In the present study, we analyze this possibility based on the episcopal figure in Late Antiquity, casting our eyes on Bishop Isidore of Seville, a character of great political and cultural stature in the Spanish-Visigoth kingdom of Toledo at the end of the 6th century and in the first third of the 7th century.

Key words: Late Antiquity; Intellectuals; Bishops; Hispano-Visigoth Kingdom of Toledo; Isidore of Seville.

El obispo, un intelectual tardo-antiguo: el ejemplo de Isidoro de Sevilla (siglos VI-VII)

Resumen: El estudio de la historia nos ofrece dilemas historiográficos que debemos afrontar. Uno de ellos es la utilización del concepto, o categoría, de intelectual para los periodos premodernos, o sea, para los momentos históricos que definimos como la Antigüedad y la Edad Media. En el presente estudio analizamos esta posibilidad partiendo de la figura obispal en la Antigüedad Tardía, echando una mirada al obispo Isidoro de Sevilla, personaje de gran talla política y cultural en el reino hispanogodo de Toledo de finales del siglo VI y en el primer tercio del siglo VII.

Palabras clave: Antigüedad Tardía; Intelectuales; Obispos; Reino Hispanogodo de Toledo; Isidoro de Sevilla.

O bispo, um intelectual tardo-antigo: o exemplo de Isidoro de Sevilha (séculos VI - VII)

Resumo: O estudo da história pode nos oferecer dilemas historiográficos que devemos confrontar. Um deles diz respeito a utilização do conceito, ou da categoria, de intelectual para os períodos pré-modernos, ou seja, para os momentos históricos que definimos como a Antiguidade e a Idade Média. No presente estudo analisamos esta possibilidade a partir da figura episcopal na Antiguidade Tardia, lançando nosso olhar ao bispo Isidoro de Sevilha, personagem de grande talha política e cultural no reino hispano-visigodo de Toledo de finais do século VI e no primeiro terço do século VII.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Intelectuais; Bispos; Reino Hispano-visigodo de Toledo; Isidoro de Sevilha.

Recebido em: 03/07/2023

Aprovado em: 22/04/2024

“... motivado desde sua juventude pelo afã de aprender...”¹

(Marco Túlio Cícero, Sobre a República, I,22, 36).

1 – A importância do conhecimento e da formação pessoal no mundo antigo.

Os escritos legados por Marco Túlio Cícero nos fazem refletir tanto sobre a condição humana como, também, sobre a importância da formação e da propagação do conhecimento entre os grupos aristocráticos no período final da república romana, momento histórico denso e complexo no qual o arpinense² foi ator dos acontecimentos, levando Edward Bispham a afirmar que

o valor geral de Cícero é excepcional, e não apenas para o historiador da política e do discurso político; exemplifica e comenta a importância da retórica na política; revoluciona a filosofia latina (parte de um reordenamento maior do conhecimento que caracterizou este período); e ilustra os costumes sociais em um momento de mudança aguda. Uma estreiteza de visão, que inevitavelmente caracteriza qualquer produto literário de um meio de elite masculino voltado para os pares do escritor, é temperado por relativa humanidade e considerável inteligência (BISPHAM, 2006, p. 43).

Logo, podemos dizer que o pensamento ciceroniano dirigia-se, sobretudo, aos mais destacados grupos políticos republicanos romanos e quais seriam os caminhos para que eles alcançassem destaque e poder. A afirmação apresentada como epígrafe deste estudo surge, por certo, como uma das vias para se atingir tal fim: ela refere-se a Publio Cornélio Cipião Emiliano (184 a. C. – 129 a. C.)³, o grande personagem da política romana em meados do século II a. C. (MOMIGLIANO, 1990, p. 27 – 30), admirador da cultura helenística (TORREGARAY PAGOLA, 2003, p. 146) e, na lógica ciceroniana, modelo de cidadão e homem público integrante das *gentes*, ou famílias, aristocráticas detentoras do poder político em Roma, sendo considerado por Victor Alonso Troncoso como autêntico *princeps civitatis* (ALONSO TRONCOSO, 2005, p. 198). Apesar de todo o prestígio social detido tanto por Cipião Emiliano como pelos demais integrantes das famílias políticas romanas, a posição de destaque daqueles no ambiente da *civitas* romana ganhava projeção graças a formação adquirida por cada qual desde a juventude revelando, dessa forma, a aquisição de uma das virtudes mais caras no ambiente político romano, a *humanitas* que

1 Todas as citações feitas ao longo do texto foram traduzidas de forma livre pelo autor do artigo.

2 Marco Túlio Cícero (106 a. C. – 43 a. C.) era natural de Arpino, no Lácio. Por isso, podemos utilizar o adjetivo “arpinense”, ou seja, de Arpino, para nos referirmos a Cícero.

3 Segundo filho de Lúcio Emílio Paulo, que dentre outras magistraturas ocupou o consulado no ano de 168 a. C. quando liderou a vitória romana sobre o rei Perseu da Macedônia na batalha de Pidna, Cipião Emiliano foi adotado por Publio Cornélio Cipião, filho de Cipião o Africano. Por isso o seu nome gentílico completo era Publio Cipião Emiliano Africano. A prática jurídica da adoção era muito comum entre os integrantes do ambiente aristocrático republicano romano e manteve-se como ação de integração política entre grupos gentílicos inclusive no principado.

simbolizava a pertença a civilização⁴. Vale recordarmos, nesse caso, a afirmação de Paul Veyne de que “a *humanitas* é, pois, mais um mérito que um traço universal” (VEYNE, 1991, p. 398) demonstrando, com isso, que a formação é parte de um processo ao mesmo tempo individual e coletivo que levava aquele que aprendia, apreendia e compreendia ao exercício do poder, seja ele político ou cultural.

É exatamente na intercessão entre a política e a cultura que surgem as figuras daqueles que, como Cipião Emiliano, participaram de forma ativa no processo de integração entre os mundos greco-oriental e romano que definimos como o mundo helenístico (MOSSÉ, 2004, p. 159; HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 31; MORENO LEONI, 2017, p. 268 – 269)⁵. Referimo-nos aos personagens denominados, de forma geral, como “homens de cultura”, sejam eles os filósofos, os juristas, os gramáticos, os retóricos, os pensadores e que tiveram, também, uma intensa participação na vida política da *polis* e da *civitas*, fosse na elaboração de ideologias que favorecessem a autoridade romana, fosse no debate e na oposição ao poder romano (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p.23).

Pois bem, o advento do mundo tardo-antigo (MEYER, 2009, p. 1 – 15; LEYSER, 2009, p. 29 – 30)⁶, sucessor do mundo helenístico, incluiu novos integrantes naquele quadro sociocultural e destes, segundo Claudia Rapp, “nenhuma figura parece encapsular melhor as mudanças e transformações da antiguidade tardia do que o bispo cristão” (RAPP, 2005, p. 6). De fato, a

4 Podemos traduzir de forma livre como “humanidade”. Na verdade tratava-se de uma das virtudes morais e políticas mais importantes do ambiente político romano tendo, inicialmente, uma aproximação ao humano que integrava-se ao espaço da comunidade cívica romana. Logo, a “humanidade” tinha relação direta com a civilidade e a tudo que ela representava de positivo, como a cordialidade, a gentileza, a clemência e a formação que tornava os indivíduos preparados para a vida em comunidade. Assim, o conceito de *humanitas* vincula-se tanto a aquisição da cultura como, também, da urbanidade, sendo estas traços fundamentais da própria concepção de *civilitas* (civilização) dos romanos.

5 Denominamos como mundo helenístico aquele que foi forjado a partir das conquistas levadas a cabo por Alexandre Magno, monarca da Macedônia. Suas vitórias sobre a monarquia persa promoveram a integração sociopolítica e cultural entre as tradições greco-macedônicas e orientais que envolveram as regiões desde o ocidente – as áreas da Magna Grécia, do Egeu e da Jônia – até o oriente hegemonicamente ocupado pelo poder persa que abarcava as áreas da Ária, Bactria e Sogdiana. Portanto, desde a morte de Alexandre, ocorrida na Babilônia em 323 a. C., temos essa fusão cultural que se espalhou pelo Mediterrâneo alcançando, também, Roma e Cartago. Os elementos helenísticos ganharam força e influenciaram tanto na formação cultural dos grupos aristocráticos romanos como na ideologia política e na concepção de hegemonia territorial favorecendo fortemente a concentração de poderes de caráter monárquico, perceptível com o surgimento do principado com Otávio (27 a. C.). Logo, o principado pode ser incluído no processo histórico do mundo helenístico, sendo a sua baliza cronológica mais extensa relacionada ao final do reinado de Marco Aurélio (180 d. C.).

6 Apresentado por Alois Riegl no começo do século XX, a *Spatäntike*, ou Antiguidade Tardia nasceu com certa carga pejorativa, a de ser um momento final e embrutecido da Antiguidade. Seguia, mas no campo da História da Arte, o preceito de Edward Gibbon de um mundo antigo em decadência. Contudo, este conceito ganhou novo formato com Peter Brown e Henri-I. Marrou no início dos anos 1970, sendo definido como um mundo que contemplava, ao mesmo tempo, continuidades e rupturas entre os períodos helenístico e medieval. Do ponto de vista político, a incorporação do modelo de sucessão hereditária definitivamente implantado por Marco Aurélio, apoiado pela forte presença da aclamação legionária e militar, marca o começo desse mundo tardo-antigo espacialmente demarcado pelo Mediterrâneo e os territórios hegemonicamente controlados por Roma e temporalmente balizado entre o final do século II e final do século VIII.

presença incontestada dos bispos cristãos no ambiente sociopolítico e cultural do mundo imperial romano a partir do século IV revela-nos, nas palavras de Rita Lizzi Testa “que os mesmos padres que repensariam os termos do relacionamento entre a igreja e o império (Gregório de Nazianzo, João Crisóstomo e Ambrósio) desenharam praticamente, ao mesmo tempo, um retrato ideal de um bispo” (LIZZI TESTA, 2009, p. 526). Um retrato que colocava os bispos cristãos como sucessores dos *rhetores et oratores* helenísticos⁷ e que, por esse motivo, bebiam nos mesmos cálices das tradições neoplatônicas, estoicas e epicuristas que aproximavam o cristianismo daquelas correntes de pensamento político, ético, moral e filosófico, ou seja, da própria *Paideia*⁸ essencial a formação do cidadão (CARVALHO, 2010, p. 25) e que segundo Peter Brown foi absorvida pelos cristãos:

Todos os cristãos foram chamados a ser adeptos da "filosofia sublime". Mas as "letras gregas", isto é, *paideia*, ainda funcionavam como antes. Foi um campo de treinamento moral e intelectual no qual os jovens inconstantes aguçaram suas mentes e endureceram sua fibra moral antes de se comprometerem, como adultos, com as escolhas mais sérias associadas à vida cristã (BROWN, 1992, p. 123).

Recordemos que muitos bispos cristãos⁹, como Basílio de Cesareia (330 – 379), Ambrósio de Milão (340 – 397), Agostinho de Hipona (354 – 430) e Sinésio de Cirene (373 – 414) (CAMERON, 1994, p. 127 – 128), provinham daquele ambiente de formação neoplatônica e helenística¹⁰ explicando, assim, a interação por eles feita entre os preceitos do pensamento

7 Em linhas gerais, o rhetor, ou professor de retórica, era aquele com quem se aprendia a arte de falar em público baseado numa metodologia apresentada pela Retórica de Aristóteles. Já entre os romanos, a retórica era parte constitutiva da oratória, sendo o orator o indivíduo que proferia os discursos dos quais destacavam-se os panegíricos, documentos que glorificavam a figura do imperador diante deste e de sua corte. Bispos cristãos, como Agostinho de Hipona, Ambrósio de Milão e Sinésio de Cirene, lançaram mão dos princípios e técnicas retóricas em várias de suas homilias.

8 Partindo de uma tradução livre, podemos defini-la como “educação” ou, melhor ainda, “formação”. Podemos observá-la desde o período clássico, embora sua projeção tenha alcançado as esferas político-aristocráticas mais elevadas na época helenística, quando a *paideia* abarcava o conjunto de conhecimentos e boas práticas voltadas ao exercício pleno da monarquia (*basileia*). Neste caso, havia uma clara busca pelo monarca modelar, e no caso romano do cidadão ideal, pautada na formação filosófica, poética e na cultura literária que propiciaria uma atuação mais completa no âmbito da política.

9 Para além dos bispos cristãos, encontramos personagens externos ao ambiente eclesiástico que transitaram ao cristianismo utilizando-se dos conhecimentos adquiridos na tradição neoplatônica. Um dos casos mais destacados é o de Caio Mario Victorino, que converteu-se ao cristianismo em meados do século IV, professor de retórica em Roma e tradutor de tratados de gramática, retórica e dialética do grego ao latim. Seu impacto sobre o pensamento de Agostinho de Hipona é apontado pelo próprio hiponense nas suas Confissões, VIII, 2 – 4.

10 Este era um traço comum aos personagens aqui nominados. Basílio de Cesareia recebeu uma formação inicial em Atenas e em Antioquia, tendo sido discípulo nesta última do neoplatônico Libânio. Já Ambrósio de Milão possuía um amplo conhecimento do pensamento neoplatônico de Plotino, além dos contatos com os escritos de Filo e Orígenes, ambos de Alexandria, e de Basílio de Cesareia que acabaram influenciando a conversão de Agostinho de Hipona. Admirador de Cícero, a trajetória do hiponense passou pelo maniqueísmo e pelo neoplatonismo que propiciaram a sua ascensão como mestre de retórica em Tagaste, Cartago, Roma e Milão antes de abraçar o cristianismo pela mão do bispo milanês. Caminho igualmente interessante foi o trilhado por Sinésio de Cirene, que recebeu uma formação neoplatônica como discípulo de Hipátia em Alexandria. A utilização e a defesa dos princípios neoplatônicos por parte de Sinésio mantiveram-se mesmo após a sua conversão ao cristianismo, ocorrida no ano de 410.

neoplatônico e os do cristianismo (BARCELLONA, 2013, p. 13). Logo, podemos dizer que o bispo cristão, amparado naquele princípio de formação híbrida característica daquele mundo da antiguidade tardia, surgia como um erudito ou, se preferirmos, como um intelectual.

2 – O intelectual: das categorias e conceitos a abordagem convencional.

Porém, precisamos delimitar o que entendemos por intelectual para, num segundo momento, podermos questionar a viabilidade da utilização do termo para momentos históricos das sociedades pré-modernas, especialmente aquelas situadas no recorte cronológico por nós definido como integradas a Antiguidade e a Idade Média. Esta última questão causa controvérsia, especialmente entre os especialistas que estabelecem uma data entre meados e o final do século XIX para definirmos as categorias que envolvem o surgimento da *intelligentsia* e do intelectual, baliza que impossibilitaria a retroatividade de ambas as categorias para épocas anteriores¹¹. Por outro lado, podemos simplesmente seguir a opinião de Maria José Hidalgo que utilizou o termo intelectual em seus estudos sobre o mundo romano “num sentido amplo e convencional” (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 21), lembrando o que Eugen Cizek apontara aos integrantes dos círculos culturais, políticos e literários da época do *optimus princeps* Trajano: que aqueles eram “geradores de um código sociocultural e ideológico” (CIZEK, 1989, p. 3 – 35) na virada dos séculos I ao II d. C. Logo, estamos nos referindo a personagens que partilharam suas convivências, experiências e ações sendo, por isso, apontados por Marcos Luis Ehrhardt e Renan Frighetto como pertencentes a uma mesma “geração intelectual” (EHRHARDT & FRIGHETTO, 2022, p. 75) integrando, dessa forma, aqueles que Helenice Rodrigues da Silva apresentou como “contemporâneos que foram expostos às mesmas influências, marcados pelos mesmos acontecimentos e pelas mesmas transformações” (SILVA, 2003, p. 22).

De fato, estamos diante de opções metodológicas diversas, embora, no final do trajeto, possamos encontrar certas aproximações que propiciam tanto a utilização do termo como do conceito de intelectual numa longa duração histórica. Partamos das observações feitas por Carlo Marletti no *Dicionário de Política* coordenado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, onde se oferece uma dupla definição do que o autor italiano apresenta sobre o que, no seu entendimento, seria o intelectual, que por um lado designaria “uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela competência, científica, técnica ou administrativa, superior à

11 Os estudos que associam a história dos intelectuais com os da história das ideias oferecem uma abordagem que coloca o século XIX como o momento histórico no qual encontramos “o saber intelectual em vias de uma estruturação profissional e a sua constituição em um cânone (a filosofia universitária de final do século XIX)”, o que lança “a história dos intelectuais sobre a história da constituição das sociedades contemporâneas” (CHAUBET, 2009, p. 184 e p. 190). Portanto, tais estudos estabelecem uma relação direta entre a profissionalização dos campos do conhecimento e o surgimento do seu produto mais bem acabado, o intelectual, vinculando-o a sociedade contemporânea.

média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas”, ou, de outra parte, “intelectuais são os escritores engajados” (MARLETTI, 1997, v.1, p. 637). Em ambas as definições apresentadas, verificamos um antagonismo, bastante comum do pensamento da modernidade que opõe o “intelectual” e o “estudioso”, associando o primeiro àquilo que Edward Inman Fox definiu como um personagem que estava unido “a função cívica das elites” (FOX, 1975, p. 24), relegando o segundo àquela perspectiva apontada por John Franklin Jameson como alguém que estava preocupado em limitar-se ao espaço do seu gabinete e que encontrava-se descolado dos acontecimentos existentes à sua volta (JAMESON, 1959, p. 70). Esta atitude participativa do intelectual no âmbito sociopolítico e cultural, aspecto este que em nossa opinião transcendia o mundo contemporâneo, ganhou destaque na França de finais do século XIX com o emblemático caso Dreyfus¹² no qual, na observação apresentada por Sergio Barrionuevo, os intelectuais se colocavam como “um grupo social que se via como portador de uma autoridade diferente da política” (BARRIONUEVO, 2016, p. 6). Logo, o intelectual é apontado como aquele que tinha uma participação ativa na vida sociopolítica e cultural de determinada sociedade, entendido num dos significados atribuídos ao intelectual por Jacques Rancière como “aquele que constitui um sujeito de enunciação coletiva” (RANCIÈRE, 1997/3, p. 116 – 120), definição mais abrangente e que pode servir como ponto de partida ao estudo dos intelectuais ao longo de um processo histórico mais extenso. Acima de tudo, como nos indica Pierre Rosanvallon, o termo intelectual pode ser colocado no subconjunto dos “conceitos políticos” que, por sua vez, são considerados como “conceitos históricos” (ROSANVALLON, 2003, p. 61) e, por isso, integrado ao conjunto conceitual válido para ser analisado ao longo da diacronia histórica.

Ora, a vinculação do intelectual como agente político coloca-o em conexão direta com as estruturas de poder, aspecto reforçado pela sua importante participação junto aos ambientes culturais das sociedades históricas que pretendemos analisar. Podemos asseverar que os intelectuais tiveram uma atuação destacada no conjunto das decisões políticas que foram tomadas em reuniões e assembleias sendo, também, os responsáveis pela elaboração de ideias e de teorias organizadas e apresentadas na forma de textos escritos. Estes manuscritos, que podiam contemplar estilos como as biografias, as epístolas, as crônicas, as histórias e os documentos jurídicos acabavam sendo reproduzidos e as suas cópias moviam-se de um lugar ao outro, circulação que os tornaram perenes demonstrando aquilo que Rita Lizzi Testa definiu como os limites entre o “nível intelectual e da policromia religiosa” (LIZZI TESTA, 2007, p. 113) que caracterizavam os grupos da aristocracia

12 O episódio está relacionado a acusação de espionagem em prol do Império alemão feita contra o oficial francês de origem judaica, Alfred Dreyfus, no ano de 1894. A reação de pensadores e literatos, como Émile Zola – através da carta-manifesto *J'accuse* – e Georges Clemenceau lançaram luzes sobre o caso, demonstrando que os oficiais de alta patente do exército francês falsificaram documentos contra Dreyfus.

senatorial tardo-antiga. Esta é uma dinâmica presente desde os mundos antigo e medieval e vale como base para pensarmos que o termo “intelectual” pode ser aplicado sem grandes problemas naquelas realidades históricas pré-modernas. Nesse sentido, podemos analisar certos grupos sociopolíticos e culturais que tiveram destaque e importância na Antiguidade e na Idade Média para constatar essa possibilidade.

3 – Os bispos tardo-antigos, intelectuais de seu tempo.

Dentre as opções que dispomos para encontrarmos um perfil daquele que definiremos como o intelectual no mundo antigo, lançaremos o nosso olhar sobre um personagem que é considerado por Ramón Teja como um autêntico poliedro, o bispo cristão, que aparece como “um sacerdote, um político, um retor, um jurista, um juiz, mas o resultado final é uma conjunção de todos. Por isso, pensamos que o bispo é a criação mais original do mundo antigo em sua etapa final e a que melhor caracteriza a sociedade tardo-antiga” (TEJA, 1999, p. 75).

É importante recordarmos que a definição apresentada por Teja ganha projeção e destaque a partir dos primórdios do século IV, em particular desde o momento em que a autoridade imperial, nas figuras de Constantino (306 – 337) e de Licínio (308 – 324), publicou o édito de Milão de 313 que reconheceu o cristianismo como *religio licita* no mundo imperial romano (LENSKI, 2016, p. 249; LENSKI, 2017, p. 41 – 42). Com efeito, tanto os bispos como as comunidades cristãs por eles representadas ganharam daquele momento em diante uma nova percepção e um reconhecimento efetivo por parte do poder imperial¹³. Como nos indica Claudia Rapp, foi a partir de Constantino que os grupos cristãos saíram da clandestinidade e das “sombras políticas”, obtendo uma aceitação da autoridade imperial que acabou estimulando “a necessidade de uma nova conceituação do significado público da igreja dentro do contexto político da cidade e do império” (RAPP, 2014, p. 154). Mudança e ânimo que projetaram o máximo representante das comunidades cristãs, o bispo, à uma esfera que ia além da vocação administrativa indicada nos primórdios da *ecclesia* na primeira carta de São Paulo à Timóteo (I Tim., 3, 1 – 4). A materialização de uma nova roupagem episcopal, que congregava as atribuições sociopolíticas, econômicas, culturais e religiosas, ganhou forma a partir do Concílio de Niceia de 325¹⁴ e deste momento em diante transformou-se numa das figuras

13 No entanto, devemos dizer que a política iniciada por Constantino e Licínio tinha um vínculo direto com outras iniciativas anteriormente levadas a cabo por Galério, com o édito de 311 que decretou o fim das perseguições aos cristãos, e também por Maxencio, filho de Maximiano ‘hercúleo’ e usurpador nos territórios da Itália que foi derrotado por Constantino na batalha da Ponte Milvia, às portas de Roma, no ano de 312, que teve uma política de aproximação dos grupos cristãos desde 308.

14 O Concílio de Niceia de 325, ocorrido na sequência da vitória de Constantino sobre Licínio em 324, teve como centro dos debates a querela envolvendo as concepções trinitárias e as defendidas pela corrente que apoiava a diferença das naturezas do Pai e do Filho apresentada pelo presbítero de Alexandria, Ario. Apesar da “vitória” das teses niceísta, sabemos que o arianismo ganhou projeção e destaque tanto nos territórios orientais como nos

mais destacadas no âmbito da sociedade tardo-antiga, perspectiva confirmada por Noel Lenski ao destacar que

sem o apoio de bispos poderosos como Osio de Córdoba ou Eusébio de Nicomédia, é difícil acreditar que Agostinho de Hipona e Cirilo de Alexandria teriam tido a influência que tiveram. Sua convocação e supervisão do Concílio de Nicéia estabeleceram um precedente de envolvimento imperial na formulação de políticas eclesásticas nos séculos seguintes (LENSKI, 2006, p. 2).

Ademais, os bispos passaram a participar do *entourage* mais próximo da figura imperial fazendo parte dos que ofereciam conselhos e ideias ao imperador partilhando, inclusive, de momentos de comensalidade, um autêntico privilégio concedido pela figura imperial aos bispos (TEJA, 2012, p. 210). A informação, apresentada pelo bispo Eusébio de Cesareia (260 – 339), autor de uma biografia de Constantino e um dos mais destacados partícipes do Concílio de Niceia de 325 (BARNES, 1981, p. 212 – 215), revela este trato especial oferecido aos bispos cristãos no interior da corte imperial ao dizer-nos que

o próprio imperador convocava os ministros de Deus e os considerava dignos da máxima consideração e das mais altas honras (...). O acompanhavam como comensais, homens de aspecto modesto pela vestimenta que levavam, mas aos que ele não tomava como tais (Eusébio de Cesareia, Vida de Constantino, I, 42).

Mais que oportunizar um momento de deleite gastronômico aos bispos, o gesto realizado por Constantino, que se efetivou durante o mundo romano tardio e que estendeu-se pela romanidade bárbara, servia como símbolo do encontro entre o imperador e o conjunto episcopal que a partir de então atuaria sempre em favor da autoridade imperial¹⁵. Uma *amicitia*¹⁶ que ia além da própria corte, ao ponto de os bispos participarem, como assistentes, dos preparativos das campanhas militares levadas a cabo por Constantino contra os persas sassânidas no final de seu reinado (Eusébio de Cesareia, Vida de Constantino, IV, 56).

ocidentais, sem esquecermos a sua aceitação entre os grupos bárbaros já estabelecidos no interior do mundo romano.

15 A título de exemplo, podemos recordar o relato de Gregório de Tours, Histórias, II, 31 sobre a conversão do rei dos francos, Clóvis, ao cristianismo católico onde a participação tanto da rainha Clotilde, mulher de Clóvis, como do bispo Remígio de Reims, responsável pela conversão do rei e de suas irmãs, “muito versado em estudos de retórica”, mostra-nos uma aproximação entre os personagens que nos fazem evocar o reconhecimento da autoridade régia amparada pela associação ao cristianismo católico. De igual forma, observamos a descrição feita por Isidoro de Sevilha, História dos Godos, 55 – 56, de Recaredo, responsável pela conversão dos godos ao catolicismo no III Concílio de Toledo de 589. Adjetivos como “aprazível”, “delicado”, “de notável bondade”, “benevolente”, aparecem no relato isidoriano reforçando a admiração e o reconhecimento ao novo *princeps christianus* da parte dos integrantes da aristocracia eclesástica hispano-visigoda.

16 Numa tradução livre, estaríamos nos referindo a amizade entre indivíduos. Porém, no mundo romano desde o período republicano, a amizade ganhava uma notória conotação política onde existia, de fato, uma aliança de interesses mútuos visando a obtenção de benefícios comuns.

Mas a participação da figura episcopal junto ao poder imperial ia além do simples contato com os detentores do poder secular. A formação e a erudição possuídas pelo bispo cristão substituíram, a partir do século IV, aquelas detidas pelo filósofo no mundo helenístico, colocando-o no centro das formulações teóricas que reforçavam a legitimidade do poder político detido primeiramente pelos imperadores e, na sequência, pelos reis romano-bárbaros. Novamente lançamos mão de uma afirmação feita por Ramón Teja de que “os bispos cristãos souberam servir-se, para superar o prestígio do político, não somente da filosofia, mas também da retórica. É difícil para o homem moderno compreender o poder que o *logos*, a palavra e a persuasão, tinha no mundo antigo” (TEJA, 1999, p. 105). Assim, a participação sociopolítica e o destaque cultural faziam do bispo cristão um agente essencial no mundo da Antiguidade Tardia, fosse na condução de sua *ecclesia*, fosse no apoio à administração laica.

4 – Isidoro de Sevilha, um bispo intelectual e ideólogo no reino hispano-visigodo de Toledo.

Para oferecermos um exemplo de um bispo católico que foi simultaneamente partícipe das decisões políticas, formulador de princípios teóricos e gerador de conhecimentos que foram transformados e readequados a partir de tradições passadas e que acabaram sendo legados ao futuro, saltaremos alguns séculos para falarmos daquele que é considerado como o último representante da patrística, o bispo Isidoro de Sevilha a quem corresponde, na opinião de Manuel Cecílio Díaz y Díaz “o mérito de ter apreciado esta erudição clássica até o ponto de sentir necessidade de dotar de uma base dela ao mundo de sua época e posterior” (DÍAZ Y DÍAZ, 1976, p. 35). Nascido entre 560 e 570, falecido em 636, Isidoro alcançou a condição episcopal no ano de 600, logo após a morte de seu antecessor e irmão Leandro (HILLGARTH, 2009, p. 29; FONTAINE, 2002, p. 65). Os acontecimentos presenciados por Isidoro de Sevilha no primeiro terço de sua vida o tocaram de forma decisiva, servindo de base para a sua futura carreira política, espiritual e cultural. A configuração e o fortalecimento da monarquia hispano-visigoda¹⁷ a partir do reinado de Leovigildo (568 – 585), bem como a conversão dos godos ao catolicismo ocorrida no III Concílio de Toledo de

17 Denominamos como reino hispano-visigodo de Toledo a entidade régia fortalecida pelas conquistas militares a partir do reinado de Leovigildo que estendeu o poder e a autoridade do *regnum* dos godos sobre uma grande parcela do território da antiga *Hispania* romana. Ação essa que prosseguiu por mais de cinco décadas, durante os reinados de Recaredo, Liuva II, Witerico, Gundemaro, Sisebuto e Suíntila que deram continuidade as ações bélicas e hegemônicas que *grossa modo* desenvolveram-se entre 570 e 624 contra as populações “bárbaras”, como astures, cântabros e vascos, integradas ao espaço hispânico, contra os grupos aristocráticos hispano-romanos do sul peninsular contrários ao poder régio godo, contra o poder régio suevo que atuava sobre as regiões da antiga *Gallaecia* romana e contra a ocupação em áreas do levante e do sul da *Hispania* realizada pelas forças romano-orientais a partir do ano de 554. A esta ação de fortalecimento da realeza, promovida pelo incremento das ações militares que visavam o crescimento da dominação e da hegemonia do *regnum gothorum* sobre significativas parcelas do território hispânico é que denominamos como “estado permanente de conflito” que favoreceu o estabelecimento da monarquia hispano-visigoda nos séculos VI e VII.

589 realizado no reinado de Recaredo (586 – 601) – filho e sucessor de Leovigildo no sólio régio e no qual, provavelmente, o jovem Isidoro participou como assistente ao lado de seu irmão e bispo de Sevilha Leandro, que foi um dos grandes responsáveis pelo acolhimento dos princípios nicenos e calcedônios por parte da aristocracia goda ariana¹⁸ - marcaram de maneira significativa o pensamento isidoriano. Ademais, foi a partir desse momento que os integrantes do ambiente clerical católico passaram a ter uma participação efetiva tanto junto as estruturas administrativas do reino hispano-visigodo como na sua configuração cultural, ao ponto de Yolanda García Lopez afirmar que

... os conhecimentos patrísticos, bíblicos e litúrgicos (...) podem fazer pensar que se havia produzido a passagem das funções dos oficiais educados nas técnicas diplomáticas romanas aos homens da igreja, adiantando-se à administração carolíngia onde está mudança aparecerá consumada ... (GARCIA LOPEZ, 1996, p. 227).

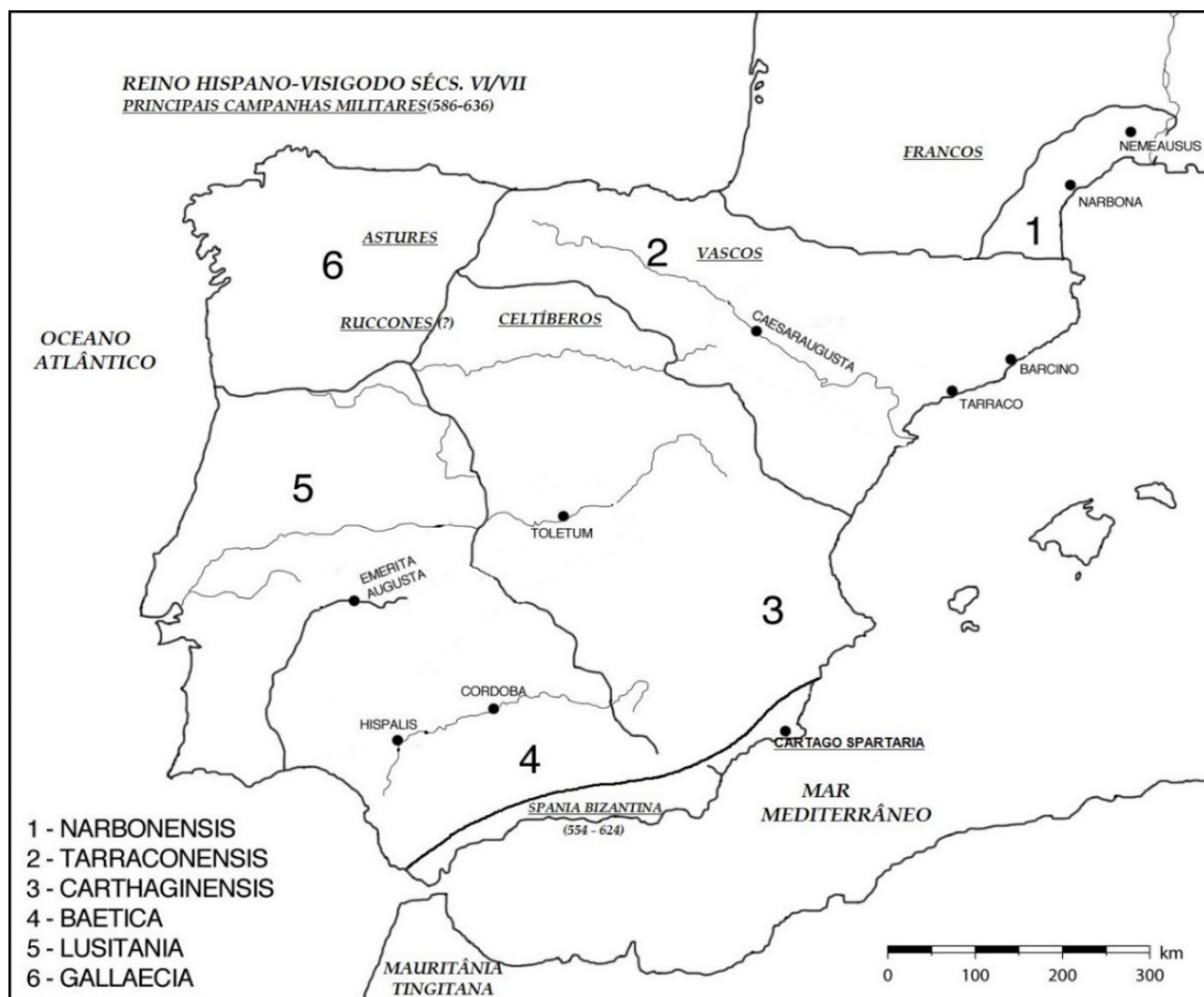
Podemos colocar Isidoro de Sevilha no interior daquele grupo de indivíduos vinculados ao universo eclesiástico que, paulatinamente, passaram a ocupar importantes funções junto das estruturas de poder do reino hispano-visigodo, aspecto este reforçado por Maria do Rosário Valverde Castro ao asseverar que

... os personagens eclesiásticos, que são os que monopolizam a cultura, elaboram a teoria político-religiosa que serve de base e legitima o exercício da autoridade real, e assim, o poder que de fato adquiriam os monarcas visigodos nas etapas precedentes encontra agora sua sustentação ideológica ... (VALVERDE CASTRO, 2000, p. 196).

O caso isidoriano é bastante eloquente nesse sentido, se recordarmos que nas quase quatro décadas em que ocupou a silha episcopal de Sevilha, Isidoro foi conselheiro de quatro reis – Gundemaro, Sisebuto, Suinthila e Sisenando – e circulou junto da corte régia e de todos os integrantes, laicos e eclesiásticos, que nela atuavam (FONTAINE, 2002, p. 99 – 105). Ildefonso de Toledo, na *Vida dos Varões Ilustres*, resume muito bem o destaque político-cultural do personagem Isidoro de Sevilha no reino hispano-visigodo do primeiro terço do século VII, ao afirmar que, “(Isidoro) Floresceu na época dos reis Recaredo, Liuva (II), Witerico, Gundemaro, Sisebuto,

18 O próprio Isidoro no seu escrito biográfico *Dos Varões Ilustres*, 31, recordava que seu irmão “dedicou a sua vida a verdadeira doutrina, contribuindo para que o povo e as gentes godas abandonassem a insanidade ariana e abraçassem a fé católica”. Ação também descrita por João de Biclano, *Crônica*, a. 590, 1, “naquele sínodo convocado pelo cristianíssimo Recaredo, professaram a fé ortodoxa em um tomo que foi firmado por todos os sacerdotes e integrantes das gentes godas (...). Tiveram um importante papel na realização do santo sínodo o Bispo Leandro de Sevilha e Eutrópio, beatíssimo abade do mosteiro Servitano...”

Suintila e Sisenando, ocupando o cargo de bispo durante quase quarenta anos, detendo a insigne glória e lustre de sua sagrada sabedoria” (Ildefonso de Toledo, Dos Varões Ilustres, VIII).



Reino hispano-visigodo de Toledo no tempo de Isidoro de Sevilha. Mapa de minha autoria.

Por conta desta interação tanto com a monarquia hispano-visigoda como com os grupos aristocráticos é que Isidoro formulou em suas obras e na reunião conciliar que presidiu, o Concílio IV de Toledo de 633, princípios teóricos sobre o poder régio que foram replicados ao longo da Idade Média e da época moderna. Neles, a tradição imperial romana e a inovação característica do seu tempo encontram-se presentes, ao ponto de Díaz y Díaz afirmar que o “apreço ao clássico como base erudita da cultura é obra, ao que parece, de Isidoro” (DÍAZ Y DÍAZ, 1976, p. 36). A icônica frase isidoriana, apresentada no livro IX das *Etimologias* – uma das obras de maior circulação no ocidente medieval latino (DÍAZ Y DÍAZ, 1982, p. 200 – 212), que teve a sua primeira versão

escrita entre os anos de 615 e 621¹⁹ – na qual Isidoro sentencia “rei és se agires retamente, se não o fizeres, não serás” (Isidoro de Sevilha, *Etimologias*, IX, 3, 4) – é um exemplo dessa fusão entre o antigo e o novo. Com efeito, a primeira sentença – “rei és se agires retamente” – foi recuperada por Isidoro de uma epístola de Horácio (Horácio, *Epístolas*, I, 1, 59 – 60), poeta romano do período do principado, ganhando uma capa cristianizada noutra obra isidoriana, o livro III das *Sentenças*, ao dizer que “os reis receberam esse nome por trabalharem retamente” e associando a expressão às Sagradas Escrituras²⁰. Já a parte final da frase isidoriana é de sua autoria, indicando que o rei que se deixava guiar pelo ardil, pela injustiça e pela violência contra os integrantes do ambiente aristocrático tendia a tirania e a ilegitimidade. Esse princípio régio de governar com base no consenso e na concórdia entre todos os grupos políticos estará também presente no cânone 75 do IV Concílio de Toledo de 633, indicado como sendo de raiz isidoriana, onde se tentou fixar as bases de uma sucessão régia amparada nas promessas de fidelidade mútua e na eleição do rei pelos grupos aristocráticos do reino hispano-visigodo:

... Que não se dê entre nós como entre outras gentes a ímpia infidelidade. Não a enganosa perfídia do coração. Não ao crime de perjúrio. Não às nefastas intrigas das conjurações. Que ninguém prepare a morte dos reis, mas que morto pacificamente o rei a nobreza de todo o povo, em união com os bispos, designarão de comum acordo ao sucessor no trono, para que se conserve por nós a concórdia da unidade e não se origine alguma divisão da pátria e do povo por causa da violência e da ambição ... (Concílio de Toledo IV, a. 633, c.75).

Esta elaboração teórica, que partiu de Isidoro (DÍAZ Y DÍAZ, 1982, p. 157 – 158)²¹ mas que contou com o apoio de vários integrantes do episcopado e da aristocracia hispano-visigoda, foi indicada por José Orlandis como “a lei fundamental da Monarquia católica” (ORLANDIS e RAMOS LISSON, 1986, p. 292) constituindo, de fato, a expressão de um pensamento coletivo. Porém, parece-nos certo afirmar que o hispalense²² ganhou, já no seu tempo, a condição de detentor da *auctoritas* sobre o conjunto laico-ecclesiástico hispano-visigodo, levando Manuel Cecílio Díaz y Díaz a concordar que “o curioso do apreço das *etymologiae* é que o prestígio das citações e autoridades ali incluídas levou à sua substituição por Isidoro, que será citado como a verdadeira e única autoridade” (DÍAZ Y DÍAZ, 1976, p. 41). Um personagem de grande importância política,

19 Em duas cartas, as de número 3 (de 625) e 5 (de 632 – 633), Bráulio de Zaragoza, discípulo de Isidoro de Sevilha, reclama o envio das *Etimologias* isidorianas para seu estudo e conhecimento, dando-nos uma ideia aproximada da datação das versões originais.

20 Isidoro de Sevilha, *Sentenças*, III, 48, 7. Vale recordarmos que as *Sentenças* isidorianas tinham, como uma de suas fontes de inspiração, os *Comentários morais* ao livro de Job – *Moralia in Job* – de Gregório Magno, obra que foi dedicada pelo futuro Papa ao então representante godo em Constantinopla, Leandro de Sevilha.

21 É muito provável que Isidoro de Sevilha tenha participado ativamente da organização de todos os cânones conciliares do IV Concílio de Toledo, em particular o cânone 75, de total inspiração isidoriana.

22 Por ter sido bispo de Sevilha, Isidoro pode também ser nominado pelo adjetivo “hispalense”, vinculado a antiga *Hispalis*, atual Sevilha. Ademais, é muito provável que Isidoro tenha nascido em Sevilha entre os anos de 560 e 570.

cultural e ideológica apontado por Jacques Fontaine como “um homem de ação e de pensamento que manteve-se fiel a antiguidade, mas que enquadrava-se a um mundo que começava a tornar-se plenamente medieval” (FONTAINE, 2007, p. 2651). A atuação de Isidoro de Sevilha como agente político – cultural de grande importância e impacto no reino hispano-visigodo, com uma repercussão já reconhecida durante a sua vida, pode ser mensurada pela descrição feita por um de seus discípulos mais destacados, Braulio de Zaragoza:

Isidoro, homem egrégio, bispo da igreja de Sevilha, sucessor e irmão de Leandro, floresceu desde a época do imperador Maurício e do rei Recaredo na qual reivindicou para si algo da antiguidade. Pois ele era um homem preparado para todo o tipo de fala e era famoso por sua eloquência incomparável, sempre de acordo com o lugar onde estava. Sabemos que o leitor prudente será capaz de compreender muito facilmente toda a sabedoria que havia em seus vários estudos e trabalhos elaborados ... (Braulio de Zaragoza, Renotatio Isidori).

Assim, podemos dizer que o hispalense surgia, para os seus contemporâneos, como um interlocutor dos conhecimentos legados pelo passado romano que foram por ele readequados e atualizados nos primórdios do século VII. Uma erudição conquistada e acumulada a partir dos estudos dos autores romanos e cristãos que acabou sendo aplicada junto da corte régia, dos integrantes do episcopado e dos grupos aristocráticos que compunham a sociedade hispano-visigoda. Dessa forma, podemos dizer que Isidoro de Sevilha representava o protótipo do intelectual tardo-antigo atuante e partícipe das decisões mais importantes do seu tempo.

5 – Conclusão.

A partir destas observações podemos apresentar algumas conclusões. A primeira é que de fato Isidoro de Sevilha apresenta-se como aquele que atuou, de forma decisiva, na tomada de decisões políticas realizadas a partir de reuniões no espaço da corte régia e das assembleias eclesiais sendo, também, responsável pela elaboração de ideias e de teorias organizadas e apresentadas na forma de textos escritos que tiveram impacto no seu momento histórico. Ora, com base nestas afirmações podemos apresentar Isidoro como um intelectual de seu tempo que distingue-se contextualmente dos intelectuais da contemporaneidade, com engajamentos distintos, mas efetivos. Outra constatação é a de que os escritos de Isidoro de Sevilha chegaram até nossos dias por meio de múltiplas edições feitas a partir de mais de mil manuscritos produzidos de uma de suas obras, as *Etimologias*, que lhe valeram o título de patrono da internet concedido pela Igreja Católica no ano 2000 visto que no início do século XXI ela foi entendida como uma obra enciclopédia, embora saibamos que ela excede, e muito, essa conotação.

Ou seja, os escritos isidorianos ganharam uma profusão significativa ainda no século VII, mostrando-nos o impacto de seus ideais e de suas convicções. Por isso podemos dizer que os conceitos políticos e ideológicos por ele forjados são considerados como conceitos históricos na medida em que foram repetidos e utilizados para reforçarem atitudes e práticas levadas a cabo pelas autoridades laicas ou eclesiásticas tanto no reino hispano-visigodo de Toledo como pelos mais variados *regna* que existiram ao longo da Idade Média. Por fim, devemos recordar que Isidoro, como aqueles homens do mundo tardo-antigo integrados aos espaços de poder político e cultural, viveu, participou, discutiu, debateu e atuou em prol do conjunto sociopolítico e cultural de seu tempo histórico, características inerentes ao intelectual.

Fontes Primárias

- AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. San Agustín. Confesiones. Introducción, traducción y notas de Alfredo Encuentra Ortega. Madrid: Editorial Gredos/Biblioteca Clásica Gredos 387, 2010.
- BRAULIO DE ZARAGOZA. *Renotatio Isidori. San Braulio obispo de Zaragoza (631 – 651)*. Su vida y sus obras. Edición de C. H. Lynch y P. Galindo. Madrid: Instituto ‘Enrique Florez’/CSIC, 1950.
- BRAULIO DE ZARAGOZA. *Epistolário*. Epistolario de San Braulio. Edición crítica y traducción Luis Riesgo Terrero. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1975.
- CARTA DE SÃO PAULO À TIMÓTEO. *Bíblia de Jerusalém*. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2006.
- CONCILIOS VISIGOTICOS E HISPANO-ROMANOS. Edición preparada por José Vives con la colaboración de Tomás Marín e Gonzalo Martínez. Barcelona-Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1963.
- EUSEBIO DE CESAREA. *Vida de Constantino*. Introducción, traducción y notas de Martín Gurruchaga. Madrid: Editorial Gredos, 1994.
- GREGÓRIO DE TOURS. *Historias*. Introducción, traducción y notas Pedro Herrera Roldán. Cáceres: Universidad de Extremadura – Servicio de publicaciones, 2013.
- HORACIO. *Epístolas*. Sátiras. Epístolas. Arte Poética. Introducciones, traducción y notas de José Luis Moralejo. Madrid: Editorial Gredos/Biblioteca Clásica Gredos 373, 2008.
- ILDEFONSO DE TOLEDO. *Dos Varões Ilustres*. El “De Viris Illustribus” de Ildefonso de Toledo. Estudio y edición crítica Carmen Codoñer Merino. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1972.
- ISIDORO DE SEVILHA. *Historia de los Godos*. Las Historias de los godos, vándalos y suevos de Isidoro de Sevilla. Estudio, edición crítica y traducción Cristóbal Rodríguez Alonso. Leon: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1975.

ISIDORO DE SEVILHA. *Los tres libros de las Sentencias. Santos Padres Españoles II. San Leandro. San Fructuoso. San Isidoro*. Reglas monásticas de la España visigoda. Los tres libros de las “Sentencias”. Edición crítica bilingüe por Julio Campos e Ismael Roca. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1971.

ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologias*. Texto latino, versión española y notas por José Oroz Reta y Manuel-A. Marcos Casquero. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2v., 1982.

ISIDORO DE SEVILHA. *Dos Varões Ilustres*. El “De Viris Illvstribvs” de Isidoro de Sevilla. Estudio y edición crítica Carmen Codoñer Merino. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1964.

JOÃO DE BÍCLARO. *Crônica*. Juan de Biclario obispo de Gerona. Su vida y su obra. Introducción, texto crítico y comentarios por Julio Campos. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.

MARCO TULIO CICERO. *Sobre a Republica*. Marco Tulio Cicerón. Sobre la Republica. Introducción, traducción, apéndice y notas de Álvaro D’Ors. Madrid: Editorial Gredos/Biblioteca Clásica Gredos 72, 1991.

Referências

ALONSO TRONCOSO, Víctor. La paideia del principe y la ideología helenística de la realeza. *Gerión*, Madrid, 23/extra-9, p. 185 – 203, 2005.

BARNES, Timothy D. *Constantine and Eusebius*. Cambridge – London: Harvard University Press, 1981.

BARCELLONA, Rossana. La “conversione” della cultura: una trasformazione tardoantica. *Chaos e Kosmos*, Roma, XIV, p. 1 – 23, 2013.

BARRIONUEVO, Sergio. ‘Intelectuales’ en el mundo antiguo. Notas sobre un concepto histórico. *Anuario de la escuela de Historia Virtual*, Cordoba (Argentina), 9, p. 1 – 16, 2016.

BISPHAM, Edward. Literary Sources. In: ROSENSTEIN, Nathan e MORSTEIN-MARX, Robert. *A Companion to the Roman Republic*. Malden: Blackwell, p. 29 – 50, 2006.

BROWN, Peter. *Power and persuasion in Late Antiquity*. Towards a Christian Empire. Madison: The University of Wisconsin Press, 1992.

BROWN, Peter. *The ramson of the soul. Afterlife and wealth in early western Christianity*. Cambridge – London: Harvard University Press, 2015.

CAMERON, Averil. *Christianity and the rhetoric of Empire. The development of christian discourse*. Berkeley – Los Angeles – London: University of California Press, 1994.

CARVALHO, Margarida Maria. *Paideia e retórica no séc. IV D. C. A construção da imagem do*

imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno. São Paulo: Annablume, 2010.

CHAUBET, François. Enjeu - Histoire des intellectuels, histoire intellectuelle. Bilan provisoire et perspectives. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 101, p. 179 – 190, 2009/1.

CIZEK, Eugen. La littérature et les cercles culturels et politiques à l'époque de Trajan. *ANRW* 2, 33.1, Berlim, p. 3 – 35, 1989.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio. *De Isidoro al siglo XI. Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular*. Barcelona: El Albir Universal, 1976.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio. Introducción General. En: OROZ RETA, José y MARCOS CASQUERO, Manuel-A. *San Isidoro de Sevilla. Etimologías. I*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, p. 1 – 257.

EHRHARDT, Marcos Luis e FRIGHETTO, Renan. Diálogos entre cultura e poder no mundo antigo. In: POHLMANN, Janira Feliciano, MOCELIM, Adriana e BAGGIO, Adriana Túlio. *Diálogos entre Cultura e Poder*. Curitiba: Editora CRV, p.73 – 110, 2022.

FONTAINE, Jacques. Isidoro di Siviglia. In: BERARDINO, Angelo. *Nuovo Dizionario Patristico e di Antichità cristiane*. Genova – Milano: Casa Editrice Marietti, p. 2648 – 2652, 2007.

FONTAINE, Jacques. *Isidoro de Sevilla. Génesis y originalidad de la cultura hispánica en tiempos de los visigodos*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2002.

FOX, Edward Inman. El año de 1898 y el origen de los 'intelectuales'. En: *La crisis del fin de siglo: ideología y literatura*. Barcelona: Ariel, p. 17 – 24, 1974.

GARCIA LOPEZ, Yolanda. *Estudios críticos de la "Lex Wisigothorum"*. Alcalá de Henares: Ediciones UAH, 1996.

HIDALGO DE LA VEGA, Maria José. *El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

HILLGARTH, Jocelyn. *The Visigoths in History and Legend*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2009.

JAMESON, John Franklin. The Future uses of History. *The American Historical Review*, New York, 65/1, p. 61 – 71, 1959.

LENSKI, Noel. Introduction. In: LENSKI, Noel. *The Cambridge Companion the Age of Constantine*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1 – 13, 2006.

LENSKI, Noel. *Constantine and the cities*. Imperial authority and civic politics. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

LENSKI, Noel. Il valore dell'Editto di Milano. In: MARCHIORO, Riccardo. *Costantino a Milano. L'Editto e la sua Storia (313 – 2013)*. Milano: Biblioteca Ambrosiana, p. 5 – 58, 2017.

LEYSER, Conrad. Late Antiquity in the Medieval west. In: ROUSSEAU, Philip. e RAITHEL,

- Jutta. *A Companion to Late Antiquity*. Malden – Oxford: Blackwell Publishing, p. 29 – 42, 2009.
- LIZZI TESTA, Rita. L’aristocracia senatoria e la corte dell’imperatore: l’ottica rovesciabile di centro e periferia al tempo di Valentiniano I. In: DI PAOLA, Lucietta e MINUTOLI, Dileta. *Poteri centrali e poteri periferici nella tarda-antichità*. Confronti Conflitti. Firenze: Edizioni Gonnelli, p. 109 – 130, 2007.
- LIZZI TESTA, Rita. The Late Antique bishop: image and reality. In: ROUSSEAU, Philip e RAITHEL, Jutta. *A Companion to Late Antiquity*. Malden – Oxford: Blackwell Publishing, p. 525 – 538, 2009.
- MARLETTI, Carlo. Intelectuais. Em: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, v. 1, p. 637 – 640, 1997.
- MEYER, Wendy. Approaching Late Antiquity. In: ROUSSEAU, Philip e RAITHEL, Jutta. *A Companion to Late Antiquity*. Malden – Oxford: Blackwell Publishing, p. 1 – 15, 2009.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da Hellenização. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1990.
- MORENO LEONI, Álvaro. *Entre Roma y el mundo griego. Memoria, autorrepresentación y didáctica del poder en las Historias de Políbio*. Córdoba: Editorial Brujas, 2017.
- ORLANDIS, José. y RAMOS LISSON, Domingos. *Historia de los Concilios de la España romana y visigoda*. Pamplona: EUNSA, 1986.
- RANCIÈRE, Jacques. Le concept d’anachronisme et la vérité de l’historien. *L’Inactuel*, 6, Paris, p. 53 – 68, 1996.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por una historia conceptual de lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- SILVA, Helenice Rodrigues. *Fragmentos de História Intelectual*. São Paulo: Papirus, 2003.
- VALVERDE CASTRO, Maria del Rosario. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.
- TEJA, Ramón. *Emperadores, obispos, monjes y mujeres. Protagonistas del cristianismo antiguo*. Madrid: Editorial Trotta, 1999.
- TORREGARAY PAGOLA, Elena. La influencia del modelo de Alejandro Magno en la tradición escipiónica. *Gerión*, Madrid, 21/1, p. 137 – 166, 2003.
- VEYNE, Paul. “Humanistas”: los romanos y los demás. En: GIARDINA, Andrea. *El Hombre Romano*. Madrid: Alianza Editorial, p.395 – 422, 1991.